CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

PROCESSO N°: - 770/69

INTERESSADO: - Conselho Estadual de Educação - CEE

ASSUNTO : - Afastamento de professores de Institutos Isolados de Ensino Superior, contratados pela CLT, em igualdade de condições com os em regime de CLE.

RELATOR : - Conselheiro ALPINOLO LOPES CASALI

P A R E C E R N° 8/69 - CLN

1. Ao tempo em que integrava este Colegiado, um de seus mais ilustres membros, o professor Dr. Ademar Freire Maia, submeteu à presidência o seguinte problema:

- a - Os professores de ensino superior dos Institutos Isolados, em CLE, além de outras, usufruem da vantagem de poderem afastar-se de seus cargos ou funções para realizarem estágio no exterior ou participar de reuniões científicas.
- b - Os docentes contratados, de acordo com a C.L.T., não desfrutam entretanto, iguais oportunidades de aperfeiçoamento cultural e científico.
- c - Se a contratação de professores representa um bem ao ensino superior, grave inconveniente, porém, constitui o impedimento de afastamento com aquele fim. Menciona o caso de um professor universitário que, para realizar estágio em importante instituição científica no estrangeiro preferiu rescindir seu contrato com um Instituto Isolado.

Uma vez que compete ao Conselho Estadual de Educação, face à Lei Estadual n° 9.865, de 1967, sugerir medidas que viam ao aperfeiçoamento do ensino, conclamou-o para encaminhar quem de direito sugestões adequadas à solução da desigualdade existente entre professores de um e outro regime.

O protocolado foi devidamente instruído pela Senhora Consultora Jurídica.

2. De início, deve ficar esclarecido que docentes em CLE, a que se refere o professor Ademar Freire Maia, são os admitidos, de acordo com as leis referentes aos servidores extranumerários do Estado, cuja consolidação foi aprovada pelo Decreto n° 41.982, de 3 de junho de 1963.

(CLE)

3. A seguir, observa-se que o objetivo visado pelo eminente professor Ademar Freire Maia, acha-se a caminho de concretizar-se por meio de um diploma executivo.

Há, nos autos, cópia de um projeto de decreto esta dual, elaborado pela CESESP, encaminhado, com a respectiva justificação, datada de 20 de março de 1969, ao Governador do Estado, dispondo sobre afastamento de docentes de Institutos Isolados de Ensino Superior, efetivos, estáveis, extranumerários ou contratados pela CLT, para os fins de estudos, ministração de cursos, participação em congressos e similares.

4. A inclusão, no projeto de decreto, do professor contratado pela Consolidação das Leis do Trabalho, é consentida não só pela legislação Trabalhista como pela Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. A CLT apenas se opõe a que se negue o direito subjetivo que declarou e assegurou ao trabalhador, independentemente da natureza do trabalho. No caso, o que o projeto de decreto pretende é dar ao docente mais do que a própria CLT prevê. Por seu turno a Lei federal nº 5.540, mediante o artigo 37 e seus incisos, dá livre trânsito ao projeto de decreto.

Sabe-se que o projeto de decreto se encontra em estudo no órgão próprio do Gabinete do Governador do Estado.

5. Assim, neste protocolado, em lugar de parecer, cabe mais uma indicação para o fim de se dar ciência ao Professor Ade mar Freire Maia, da iniciativa da CESESP.

São Paulo, 18 de novembro de 1969

a) Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI
= Relator =

Aprovado na 6ª sessão da Comissão de Legislação e Normas realizada em 20 de novembro de 1969, por unanimidade.

a) Conselheiro MOACYR E. VAZ GUIMARÃES
Vice-Presidente em exercício